

Coreto Art Déco em Goiânia: vicissitudes de um patrimônio reconhecido

DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665729

Dossiê Documentação do Patrimônio Cultural

Comitê Nacional Científico de Documentação do Icomos Brasil

Eline Maria Mora Pereira Caixeta

<<http://orcid.org/0000-0001-9147-3927>>

Universidade Federal de Goiás / Goiânia [GO] Brasil

Marília Mota Rezende

<<https://orcid.org/0000-0001-7520-9392>>

Universidade Federal de Goiás / Goiânia [GO] Brasil

RESUMO

O Coreto da Praça Cívica de Goiânia (1942) é um exemplar de arquitetura Art Déco tombado pelo Iphan. Todavia, sofreu diversas alterações físicas ao longo de sua história, tendo sido inclusive descaracterizado e posteriormente reconstruído, fato muitas vezes ocultado dos registros oficiais. Esse artigo objetiva a construção de uma historiografia das intervenções arquitetônicas sofridas, destacando as dinâmicas que trouxeram o Coreto à sua configuração atual e as relações entre identidade e memória nesse processo. Com os dados obtidos, espera-se auxiliar na compreensão do espaço físico e seu significado cultural, enxergar de forma mais ampla e clara as mutações, seus atores e temporalidades, e contribuir para abordagens futuras responsáveis e cuidadosas, que consigam valorizar e integrar a edificação no seu contexto urbano e histórico.

PALAVRAS-CHAVE

História de arquitetura e da cidade. Patrimônio arquitetônico. Intervenções em preexistências. Art Déco. Goiânia.

The Art Deco Bandstand in Goiânia: vicissitudes of a recognized heritage

ABSTRACT

The Bandstand of the Civic Square in Goiânia (1942) is an example of Art Déco architecture listed as Brazilian national heritage. However, it had several physical changes throughout its history, having even been uncharacterized and later reconstructed, a fact often hidden from official records. This article aims to build a historiography of the architectural interventions, highlighting the dynamics that brought the Bandstand to its current configuration and the relations of identity and memory. With this data it is expected to assist the understanding of the physical space and its cultural significance more broadly and clearly, its mutations, their actors and temporalities. Looking forward to guide responsible and careful future approaches that will be able to value and integrate the building in its urban and historical context.

KEYWORDS

Architectural heritage. Interventions on preexistence. Art Déco. Goiânia. Bandstand.

1. Memória e Identidade

Goiânia surgiu no início do século XX, num momento de mudanças históricas, nas quais as relações entre espaço/tempo e passado/presente modificam-se substancialmente, imprimindo uma nova e mais intensa rapidez nas transformações urbanas e um dualismo implacável entre passado e presente que afeta suas perspectivas de futuro. O processo de amadurecimento da cidade e dos seus espaços físicos vem ocorrendo nesse ambiente de mutação constante, no qual o que permanece perde seu valor com grande velocidade e o novo nunca é suficientemente atual. Esse fenômeno criou, e ainda demonstra, dificuldades na percepção daquilo que deve ou não ser preservado e na maneira com a qual a cidade se relaciona com seu patrimônio e cria vínculos de memória e identidade.

A falta de uma reflexão crítica desses processos urbanos irrefreáveis, que atingem diretamente a preservação do patrimônio material e imaterial, agravada pela pouca maturidade urbana, pode estar levando à perda de parte daquilo que constitui a própria cidade. Se não há tempo para a consolidação de memórias, como construir uma identidade? Candeau (2014) diz que, ao mesmo tempo que somos modelados pela memória, criamos relações de identidade a partir do nosso cotidiano que, a longo prazo, também modelam nossa memória. A formação da memória se daria assim na relação cotidiana, da experiência física com as edificações, do estar e pertencer. Portanto, se sentir parte integrante e agente do espaço e, ao mesmo tempo, ver a cidade como parcela que contribui para a formação da identidade individual, torna-se necessário. A maturidade do ambiente urbano como um todo só é possível com a soma das experiências individuais através do espaço temporal, que dão origem a características identitárias específicas e que podem abranger desde modos de morar, construir e expressar-se através da cultura e da arquitetura, à hábitos vinculados a formas de apropriar-se dos espaços que relacionam-se com a dimensão política da cidade – ou de civitas, nas palavras de Ignácio de Sóla-Morales (2002) – e que norteiam os valores de convivência. Candeau (2014) reforça essa relação indissociável entre a memória e a identidade. Para o autor, não existe construção de identidade sem a memória e no caminho contrário, a construção da memória é sempre acompanhada pelo sentimento de identidade.

Assim sendo, a perpetuação da memória e a construção da identidade dentro do ambiente urbano podem ser constituídos por meio do registro e da preservação daquilo que chamamos patrimônio material – relacionado à fábrica, ao construído – e ao patrimônio imaterial, relacionado aos hábitos, costumes e valores que envolvem seu uso e apropriação. Para Candeau (2014) a instituição do patrimônio é consequência do movimento das memórias e acompanha a construção das identidades. Ele diz que a definição do patrimônio fica mais clara de acordo com o acúmulo de memórias, com as referências e as fronteiras colocadas pelas identidades, demonstrando certa fragilidade quando ligada a identidades fugazes ou quando simboliza algo que indivíduos buscam se afastar. Em uma cidade tão jovem como Goiânia que já nasce como cidade moderna, como lidar com seu patrimônio arquitetônico e urbano? Como identificar os valores simbólicos e históricos que devem ser resguardados?

Um ponto de partida, segundo James Keer (2013), é a reunião de evidências documentais e físicas, a partir de um exame inicial do sítio, que consiga fornecer a chave para a correta interpretação do que permanece, bem como revele informações acerca de possíveis elementos que deixaram de existir ou estão obscurecidos (Keer, 2013). Esse exame, para o autor, deve contribuir para a compreensão da natureza e do nível de significado do lugar através das memórias e da construção das identidades. Em seguida, vem a identificação dos requisitos necessários para a retenção da significância do lugar e que guiarão as estratégias e as políticas de preservação; requisitos estes necessários para que a importância do lugar seja “mantida e, ocasionalmente, revelada” (Keer, 2013, p.22, tradução nossa)¹.

Nesse processo, a análise coordenada das evidências, segundo o autor, pode ser feita de diversas formas considerando:

- O desenvolvimento e usos anteriores do lugar (incluindo seu conteúdo e configuração), particularmente em relação a fábrica sobrevivente;
- As razões e o contexto das mudanças, incluindo os requisitos dos proprietários e usuários;

¹ To be retained and, occasionally, revealed.

- Comparação entre desenvolvimento contemporâneo e tipos de planos similares;
- Qualquer outro aspecto, qualificação ou associação que formará uma base útil para o estabelecimento de significância; (KERR, 2013, p.9, tradução nossa)².

Ainda segundo Kerr, os critérios que demonstraram ser pontos úteis na avaliação da natureza e da importância de edifícios e espaços urbanos e, portanto, para definir as estratégias e políticas de conservação, são:

- Capacidade de demonstrar [seu significado cultural];
- Vínculos associativos para os quais não há evidências físicas sobreviventes;
- Qualidades formais ou estéticas (Kerr, 2013, p.12, tradução nossa)³.

Considerando esses aspectos, visamos aqui a construção de uma historiografia das intervenções arquitetônicas no Coreto, dando destaque às dinâmicas que o trouxeram à sua configuração atual. O resgate histórico desse elemento construtivo, justifica-se por sua importância como símbolo patrimonial goianiense e que pode auxiliar na compreensão da relação da cidade com a preservação dos seus bens culturais materiais e imateriais. Enxergar o processo histórico de constituição de bens tombados, sua relação com a cidade e a construção da memória e da identidade, compreendendo suas nuances, bem como os problemas de preservação e as consequências das intervenções ocorridas para seu resguardo, são objetivos desse trabalho. O método utilizado é do estudo de caso, como meio de retomar uma história muitas vezes desconhecida mesmo dentro das áreas relacionadas à preservação do patrimônio material. Pretende-se com isso, trazer subsídios para que processos de intervenção no futuro, busquem projetos mais completos e contextualizados sob o viés da interpretação arquitetônica.

2. Contextualização Histórica e Construção Formal

O Coreto é projeto do engenheiro e arquiteto goiano Jorge Felix de Souza (SILVA, 2017), que também assina o Teatro Goiânia – o primeiro teatro da Capital. Ele fez parte do projeto original da Praça Cívica, onde se localiza o palácio do Governo Estadual (Palácio das Esmeraldas), que foi – e ainda é – o principal eixo e centralidade urbana de Goiânia. Foi inaugurado no batismo da cidade, em julho de 1942 e já à época foi apropriado como marco arquitetônico, palco de concentrações populares, manifestações e apresentações culturais – fato propiciado por ser uma das únicas estruturas abertas e cobertas da praça.

A linguagem arquitetônica do Coreto é o Art Déco, fazendo conjunto com o relógio que fica no canteiro central da Avenida Goiás (Figura 1), obeliscos com luminárias, e com edificações, todos com referências ao Art Déco, que se erguem no seu entorno, dentro e fora dos limites da praça, em sua maioria institucionais. Sua inserção urbana no espaço da praça é um dos aspectos definidores da sua qualidade formal – arquitetônica e urbana – e que determina seu destaque e importância. Diferentemente dos coretos de outras cidades ele não está em uma área central da Praça, mas a sua margem. Ele é a estrutura que marca o início da esplanada da Praça, ao norte, e que faz sua ligação com a Avenida Goiás, extensa alameda que corta a parte central da cidade e termina na Praça do Trabalhador onde fica a Estação Ferroviária, portal de entrada da cidade, ao norte, como vemos na Figura 2.



Figura 1. Fotografias do Coreto na Praça Cívica na década de 1960 e 1940, e da estrutura ocupada pelo público em um evento esportivo na década de 1950. Fotos: Autoria desconhecida. Fonte: Acervo MIS |GO.

² The past development and use of the place (including its contents and setting), particularly in relation to its surviving fabric; The reasons for and context of the changes, including requirements of owners and users; Comparison with contemporary developments and similar types of plans; Any other aspect, quality or association which will form a useful basis for the assessment of significance.

³ Ability to demonstrate; Associational links for which there is no surviving physical evidence; Formal or aesthetic qualities.

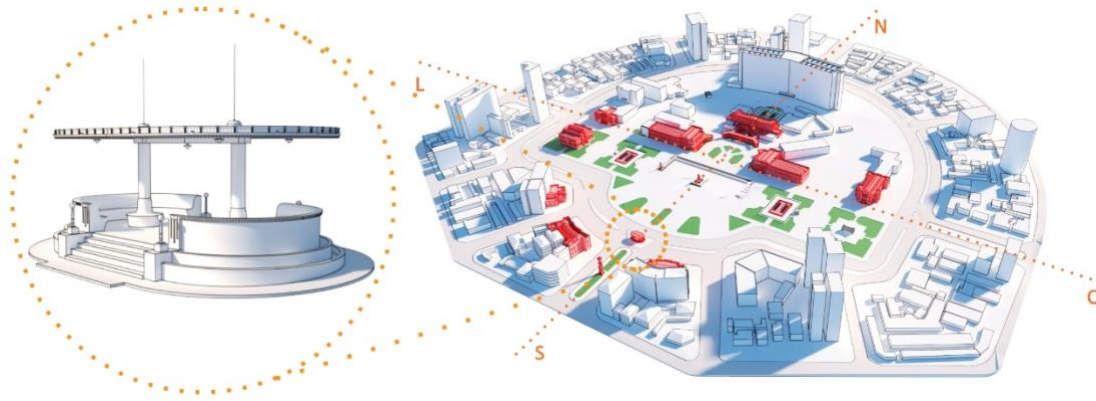


Figura 2. Maquete eletrônica esquemática do Coreto e sua localização no espaço da Praça em sua configuração contemporânea. As edificações com destaque em vermelho são tombadas em uma ou mais esferas governamentais. Desenho: Marília Rezende.

Os coretos, como parte da estrutura urbana, aparecem em diversas cidades brasileiras e tem origem no processo de urbanização com influência portuguesa. O surgimento dessas estruturas no espaço urbano data do século XVIII, na Europa, e sua função estava ligada desde o princípio à eventos públicos (muitas vezes a celebrações religiosas e da monarquia) e apresentações musicais (Nunes, 2012), essas últimas dão origem linguística ao termo (relativo a Coro). Seu uso trazia esses eventos ao espaço urbano, atingindo populações de diversas classes e um número de pessoas cada vez maior para o ambiente citadino. Assim como tiveram importância nas cidades portuguesas, o mesmo ocorreu com essas estruturas em território brasileiro, para o qual foram importadas e absorvidas na constituição dos espaços de uso público.

Durante o século XX, as principais praças das cidades brasileiras tinham protagonismo no lazer e nas atividades sociais e o papel do coreto era o de palco e abrigo para apresentações musicais, discursos políticos e manifestações religiosas. Sua estrutura basal era geralmente elevada do piso da praça e sua localização centralizada no espaço, permitindo assim a maior visibilidade dos eventos pelo público. No seu auge como equipamento cultural, é importante lembrar que não existia energia elétrica nem equipamentos eletrônicos, como o rádio e a televisão, e mesmo quando passaram a existir, eles tardaram a se popularizar, em especial no interior. Realidade que muda principalmente a partir da década de 1950, onde estas estruturas entram num período de descaso e muitas passam por reconfigurações ou mesmo demolições.

Ao mesmo tempo que os construtores de Goiânia buscavam inserir na cidade um ar de novos tempos e modernidade – a partir do seu plano diretor e de estilos arquitetônicos como o Art Déco – é possível reconhecer elementos de ligação com as cidades tradicionais existentes, como a inserção de um coreto. Assim, o Coreto de Goiânia surge na década de 1940, quase ao mesmo tempo em que muitos dos coretos de outras cidades iniciam o processo de abandono dessas estruturas, tanto por parte da população e como do poder público. Pesavento (2005) fala sobre esse ajuste na prática do pensamento dos produtores de espaço e da sociedade que efetivamente habita e usufrui do mesmo, a mistura da “cidade que se quer, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem” (Pesavento, 2005, p.283).

Nesse sentido, é inevitável atentar-se para a presença marcante do coreto da antiga capital do estado, a cidade de Goiás, localizado na Praça Liberdade no centro da cidade e dialogando com os edifícios institucionais do entorno: a Igreja da Boa Morte, a catedral Matriz de Sant'Ana e o Palácio Conde dos Arcos – sede do governo. O Coreto de Goiás ainda hoje desempenha papel social e cultural importante no contexto daquela cidade, por sua estrutura e dinâmica provincianas. A construção do Coreto em Goiânia e seu uso nos primeiros anos de ocupação eram justificadas pela relação que se buscava entre o Coreto, a Praça e sua população, similar ao que ocorria na antiga capital. Eventos públicos, solenidades cívicas e o footing eram atividades recorrentes, assim como seu uso como monumento evocativo.

3. As intervenções

Com o advento da tecnologia e o crescimento urbano, a estrutura do coreto perdeu seu principal papel social, mas no caso específico de Goiânia ainda guardou em si uma relação com o contexto urbano e com a população. Uma matéria de jornal da década de 1970 lamenta-se a respeito de uma das intervenções sofridas pela estrutura, referindo-se ao Coreto original como o “mais tradicional monumento histórico” da

cidade e destacando que “não havia uma única foto panorâmica da cidade em que o coreto não aparecesse, muito embora estivesse relegado ao abandono e ao descaso” (Jornal Opção, 22 abr. 1978). Esse pensamento abre caminho para a reflexão de que o Coreto não é apenas uma estrutura de concreto e tijolos, mas que desde sua construção gerou laços imateriais com a cidade, que permaneceram.

É fato que na década de 1960 ele sofria de abandono, vandalismo e problemas estruturais e construtivos decorrentes de exposição às intempéries. A falta de um trabalho constante de manutenção ou de ocasionais obras de requalificação contribuíram para essa situação. Na tentativa de mudar essa realidade se dá a busca por uma função social para a edificação, com projeto de intervenção de autoria do arquiteto Cirineu de Almeida. No início da década de 1970, o Coreto foi transformado em um escritório de representação turística como se vê na Figura 3, reflexo dos anseios políticos de incentivar o turismo na cidade e da tentativa de dar novo sentido ao edifício, no contexto da praça.

Em uma entrevista para o Jornal O Popular concedida nessa época, Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia, afirmou: “O primeiro coreto que construímos na Praça Cívica era simples, mas bonitinho. Esse novo coreto é um monstrego, sem classificação. Uma ideia errada” (Teixeira, 2017). A intervenção descaracterizou o edifício ao modificar completamente sua concepção espacial, linguagem arquitetônica e integração ao contexto urbano, restando como lembrança apenas seu formato elíptico. O edifício adquiriu nova forma, mas a sua estrutura não era adequada para os fins planejados e a insatisfação com a intervenção foi geral, dentro e fora do governo, muitas vezes manifestada pela imprensa.

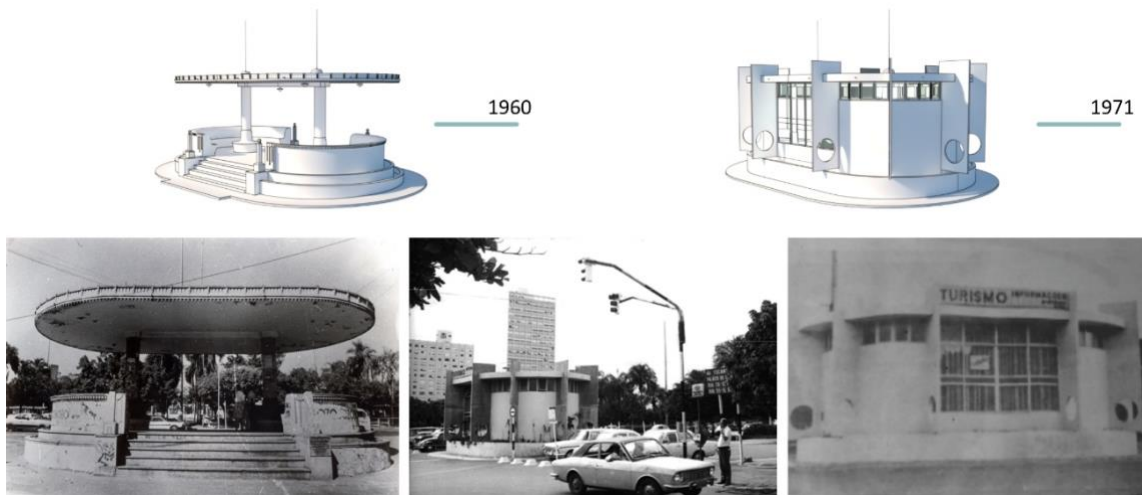


Figura 3. Maquetes eletrônicas esquemáticas do Coreto na década de 1960 e da intervenção em 1971, junto com as imagens desses períodos. Desenho: Marília Rezende. Fotos: Autoria desconhecida. Fontes: Acervo MIS|GO; O Popular, 2017; Jornal Opção, 1978 (na sequência).

Situando historicamente, essa intervenção teve palco seis anos após a publicação da Carta de Veneza (1964), escrita no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, organizado pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos, que ainda hoje é um dos mais importantes documentos que trata da preservação do patrimônio construído. Apesar da proximidade temporal, é preciso lembrar que os fatos ocorrem em um tempo em que a comunicação e o afluxo de novas ideias ainda eram lentas, em comparação aos dias de hoje, e no qual a influência destes documentos tardava a ter consequências no vasto território brasileiro. Dessa forma a intervenção não sofre influência da carta e é um reflexo da vontade de ter a cidade moderna, sonhada e desejada, que já não era refletida pela estrutura abandonada do Coreto. Portanto, não havia ainda uma vontade e um embasamento teórico suficientes para a busca de alternativas de adaptação da função útil de um edifício histórico, segundo a orientações da Carta, que propunha a adaptação de edifícios históricos “a uma função útil à sociedade”, com a ressalva de que ela não viesse a alterar sua “disposição” e “decoreção” (Carta de Veneza, 1964, p. 2).

Após alguns anos, o Centro de Atendimento ao Turista foi fechado e o Coreto foi novamente abandonado. A estrutura chegou a abrigar uma floricultura e a sede dos Escoteiros de Goiás. A reforma que pretendia reintegrar a estrutura ao contexto da Praça e da cidade, não conseguiu seu objetivo e a construção passou a ser alvo novamente de pichações e vandalismos. A situação pedia uma atitude do Estado quanto ao destino

do bem, surgindo uma pressão por parte da população e da imprensa para a sua reconstrução de acordo com os moldes originais, o que foi feito posteriormente.

É natural e esperado que a cidade se modifique ao longo dos anos e que haja, em seus espaços, marcas dos vários períodos por ela vividos. Mas uma modificação radical como a que foi realizada na estrutura do Coreto, descaracterizando completamente a construção original, seguida de sua reconversão ao original, pode ser comparada a intervenções decorrentes de grandes eventos como incêndios ou guerras que, ao buscar resgatar uma estética perdida, podem resultar na construção de um falso histórico. Brandi (2004), em seu livro “A teoria da Restauração” de 1963, aborda inúmeros aspectos sobre as dificuldades das intervenções, suas complexidades e as reflexões necessárias para que falsos históricos não sejam transmitidos para futuras gerações. Ele exalta a necessidade de estudos sistemáticos, reconhecimentos de elementos históricos e estéticos detalhados, defendendo soluções encontradas a partir da leitura dos próprios fragmentos, sempre com o cuidado atento ao que se preserva ou se destrói.

O caso do Coreto pode ser relacionado com os casos europeus no pós-guerra, pelo mesmo sentimento de perda expressado pela sociedade. Porém a opção pela sua reconstrução após a descaracterização, buscava mais do que somente a recomposição espacial e estética do edifício original. Fato é que as alterações sofridas influenciaram a experiência do usuário no contexto da praça e da cidade: perdera-se um símbolo de sua construção e da relação das pessoas com a cidade, num espaço que havia sido e ainda seria palco de grandes movimentos sociais. O ato de reconstrução tornou-se, assim, uma ação política e social de devolver à cidade parte da sua identidade e memória.

Em 1979, na administração do prefeito Hélio Mauro Humbelino Lôbo, foi tomada a decisão de reconstruir o Coreto, segundo seu projeto original. O fato de o projeto ter sido construído apenas quarenta anos antes, facilitou o acesso a plantas e desenhos. Além disso, foi possível localizar um dos pedreiros que trabalhou diretamente da obra, entre os anos de 1941 e 1942. Adolfo Boari, de 76 anos, ainda possuía algumas fôrmas dos afrescos originais utilizadas no acabamento e fez todo o acompanhamento da obra para que ela fosse reconstruída. Essa reconstrução é, primordialmente, o que temos hoje presente na cidade, como visto na Figura 4.

A recepção positiva da população à reconstrução, celebrada em meios de comunicação, e a crescente cobrança por ferramentas para a preservação dos bens patrimoniais, levou a movimentação dos governantes estaduais à confecção de uma Lei, ainda em 1980, que abordasse especificadamente esse assunto. Essa Lei viria a proteger não somente o Coreto, abrigando diversas edificações em estilo Art Déco na capital e inclusive em outras cidades do Estado, que corriam o risco de sofrer descaracterizações e abandono. A própria redação da Lei evidencia o interesse público pelo ato, como dito no artigo segundo:

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se bens culturais o conjunto de bens, móveis e imóveis, cuja conservação e preservação seja de interesse público por evocar fatos memoráveis da história de Goiás, ou pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (Lei nº8.915 de 13 de outubro de 1980).

O conjunto de edificações Art Déco que acompanham o Coreto nesse Tombamento foi crescendo em número ao longo do tempo. Sua importância como conjunto característico da cidade de Goiânia foi consolidada a partir de registros e estudos mais profundos para o Tombamento Federal, realizado no ano de 2003 – um marco importante para a sua preservação. O Coreto hoje consta no Livro do Tombo das três esferas públicas tanto estadual (realizado em 1982), como municipal (realizado em 1991) e federal (realizado em 2003), o que mostra seu reconhecimento como patrimônio da cidade, que guarda a história, o significado e a identidade do goianiense.

Após a reconstrução e com seu reconhecimento pelo tombamento, ainda 1982, poderíamos esperar que os anos de abandono tivessem ficado para trás. Porém não foi o que ocorreu nesses quarenta anos após a primeira lei de proteção. A realidade que vemos especificamente no Coreto é o mesmo isolamento e descaso, repetido em ciclos. Os mesmos problemas que levaram às intervenções de 1971 permaneceram e se agravaram: a estrutura teve seu processo de isolamento da Praça e da Avenida Goiás intensificado pela inclusão de três faixas de rolamento de veículos, de velocidade média a alta, nas suas laterais Norte-Sul e pelas faixas de ligação da Praça à essa avenida, nas suas laterais Leste-Oeste. Onde antes havia locais de estacionamento, fluxo baixo e ruas que atendiam também o deslocamento de pedestres, passaram a funcionar vias que, impulsionadas pelo formato da própria praça, transformaram a área em uma grande

rotatória de acesso às avenidas que tinham início no espaço. O Coreto, por se situar à margem da Praça, acabou limitado nas suas quatro laterais por muitos anos, sem ao menos acesso por meio de faixa de pedestres.

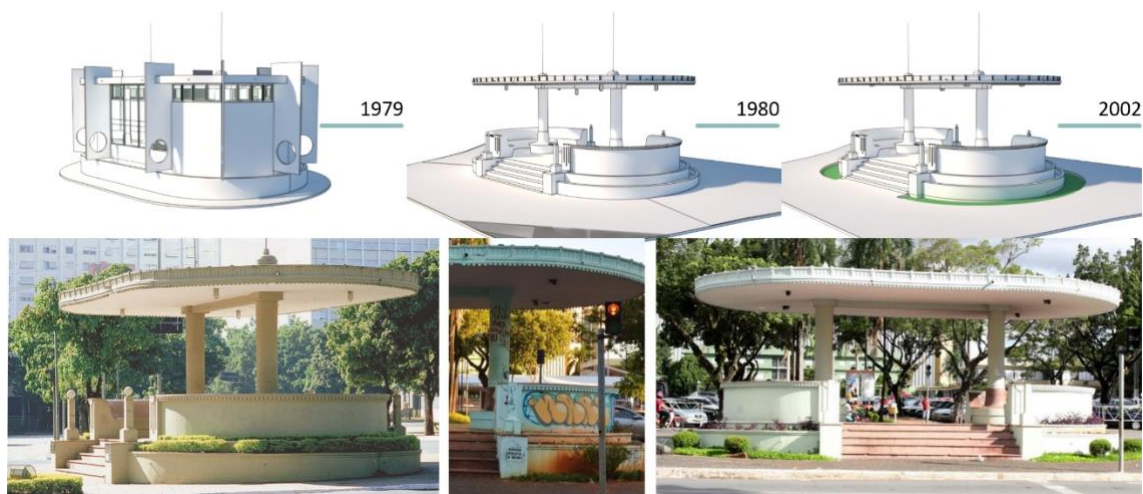


Figura 4. Maquete eletrônica esquemática do Coreto com: intervenção da década de 1970, reconstrução de 1980 e intervenção paisagística de 2002, junto com fotografias desses últimos dois períodos. Desenhos: Marília Rezende. Fotos: autoria desconhecida. Fontes: IPHAN | GO; Letícia Coqueiro/A Redação, 2018; IPHAN | GO (na sequência).

Nesse contexto, a edificação ficou sem uso definido, sem iluminação e também sem segurança adequadas. Uma das primeiras intervenções posteriores (sem data precisa) que podemos observar no local, foi a criação de uma faixa de calçada no entorno do coreto, que acompanhou o formato irregular das vias, sem relação com a forma elíptica da sua estrutura, como vemos nas maquetes da Figura 5. As intervenções superficiais que são mais facilmente identificadas nas fotografias ao longo do tempo, são as das espécies de vegetação plantadas nos jardins e a iluminação inserida posteriormente.

Em 2002, houve uma grande intervenção nas suas imediações, quando foi realizada a recuperação do canteiro central da Avenida Goiás. Nessa ocasião, foram feitas várias tentativas para integração entre o Coreto e a Avenida, barradas pelas instâncias governamentais, sendo realizada apenas a restauração da estrutura do Coreto e a inserção de um jardim gramado no seu contorno. Os ciclos assim foram se repetindo: a estrutura sofre desgaste, é abandonada pelo poder público sendo alvo de vandalismo e, isolada do pedestre, é apropriada por moradores de rua. O governo toma atitude para sua manutenção: investe recursos, restaura, pinta, troca sua iluminação e tenta reafirmar sua importância.

No início do século XXI, a cidade teve uma grande oportunidade de repensar sua relação com o patrimônio presente na região da Praça Cívica, pois em 2000 foi realizado um concurso de projetos para a revitalização da Praça⁴ que incluía de forma ampla: edificações, calçamentos e os bens tombados. Foram diversas as propostas, em sua maioria com a retirada do estacionamento existente no interior da Praça, o resgate desse espaço para uso peatonal e a requalificação de revestimentos, iluminação e relações entre os espaços internos e limítrofes. Existiram propostas que incluíam a estrutura do Coreto no contexto da Praça, removendo esse isolamento persistente, assim como de integração mais presente entre a estrutura do Coreto e do relógio, muito presentes nas fotografias das décadas iniciais e hoje bloqueadas por uma grande pista de rolamento de trânsito rápido. Porém nenhuma das propostas apresentadas foi executada.

Uma reforma efetiva da área só foi ocorrer em 2015, com projeto do escritório de arquitetura Grupo Quatro, liderado pelo arquiteto Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, contratado sem concurso público pelo governo Estadual e fornecido para a prefeitura. O investimento ficou em mais de 13 milhões do PAC/Cidades Históricas, Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal que reservou fundo para reformas de locais Históricos. Foi a maior intervenção sofrida pela praça desde a sua construção, com a demolição de parte das edificações inseridas posteriormente e a efetivação da retirada do estacionamento com a troca

⁴ Concurso Nacional "Attílio Corrêa Lima" Requalificação do Centro de Goiânia, 2000. 1º lugar Alexandre Brasil / André Luiz Oliveira / Carlos Alberto Maciel / Danilo Matoso Macedo - arquitetos - Silvia Maciel – estagiária / Belo Horizonte MG Brasil. Fonte: Portal Vitruvius, 2001 e Arquitetos associados, 2000.

de toda a pavimentação, além da requalificação das fontes e jardins e a recuperação de áreas livres da praça, antes ocupadas por edifícios e carros.

Era de se esperar que o Coreto tivesse importância exaltada nesse projeto. Mas já no painel de apresentação da reforma – amplamente divulgado –, ele apareceu isolado, sem destaque, como se não fizesse parte integrante do contexto da intervenção. Até mesmo em matérias de jornal houve representações esquemáticas da praça onde o coreto foi suprimido do desenho, como se ali não estivesse, como se não fizesse parte do contexto histórico material e imaterial do espaço da Praça. Não teria sido esse momento de grande reforma, uma oportunidade para intervir no sentido de integração do Coreto? Com esse isolamento físico e até mesmo conceitual, o que podemos esperar da sua preservação?



Figura 5. Maquete eletrônica esquemática do Coreto na contemporaneidade, junto com fotografias do pós-restauro ocorrido em 2020. Desenho: Marília Rezende. Fotos: autoria desconhecida. Fontes: IPHAN | GO; Portal Curta Mais; Revista Factual (na sequência).

Tendo sido excluído do processo de requalificação, pouco tempo depois, em 2018, o Coreto mais uma vez foi visto como abrigo de moradores de rua, com sua manutenção deixada de lado pelo governo. Nessa época, são visíveis partes de reboco soltas, cheiro de urina, paredes vandalizadas e jardins de terra vermelha sem vegetação. Um retrato cíclico do mesmo edifício, agora evidencia-se em contraste com a Praça que, pouco após a reforma, vinha conseguindo manter sua estrutura bem preservada. Em 2019, através de uma parceria público-privada dentro do programa da Prefeitura de Goiânia “Adote uma Praça”, a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) ficou responsável pela restauração e manutenção, tanto do Coreto como do Relógio situado a poucos metros, na Avenida Goiás. O restauro no Coreto custou 400 mil reais e abrigou o reforço estrutural da sua laje, restauro de reboco, nova coloração de pintura, piso – incluindo sinalização de acessibilidade - e jardins. Essa obra foi inaugurada no início de 2020. A intervenção, mais uma vez, não buscou melhorar a integração entre o coreto e seu entorno e não possui um plano detalhado de conservação futura.

4. Considerações Finais

Acreditamos que o estudo da história de ações realizadas, sua análise crítica e a proposição ativa de novas maneiras de solucionar esse tipo de situação cíclica que vem ocorrendo desde a inauguração do Coreto, em Goiânia, é parte importante do papel da arquitetura hoje, como disciplina que atua diretamente na qualidade de vida do espaço urbano. É nossa responsabilidade pensar em espaços mais humanizados, com os quais a população possa manter laços de memória e afetividade. Nenhuma das intervenções já realizadas aparenta ter logrado a real valorização do bem, nem mesmo com a ferramenta do tombamento. A situação encontrada através dessa pesquisa nos sugere que seria necessário um plano mais amplo, integrativo, de alcance urbano e com uma participação maior de arquitetos e os agentes sociais, para que ocorra de fato a valorização do Coreto e da Praça, bem como de outros espaços urbanos representativos da cidade. Um plano de conservação destes espaços, que envolva políticas de gestão de conservação e que vá além de decisões meramente políticas e projetos pontuais.

A partir desse trabalho, nota-se a necessidade de um olhar sobre o Coreto, não como bem isolado, mas como parte de um conjunto. Não só de um conjunto de bens materiais, mas também de um conjunto de memórias identitárias, que necessitam de cuidados específicos pensados de forma integrada. Investimentos para manter e restaurar sua estrutura física, sem esse pensamento integrativo, só reforçam o ciclo temporal de abandono e reconstrução. É necessária a atenção a dois pontos fundamentais: o resgate da sua integração à praça e sua devolução à sociedade e um plano de manutenção e conservação do edifício – a curto, médio e longo prazo –, de forma a garantir sua permanência no tempo e, com isso, a criação de novos laços de

memória e identidade. Acreditamos que assim seria possível conquistar resultados mais duradouros e uma relação mais próxima do bem com a sociedade.

5. Referências

- Arquitetos Associados (2000). *Concurso de Projeto – Proposta para a Praça Cívica*. Arquitetos: Alexandre Brasil, André Luiz Prado, Carlos Alberto Maciel e Danilo Matoso. Goiânia: Arquitetos Associados. Recuperado a partir de <https://arquitetosassociados.arq.br/praca-civica>
- Brandi, C. (2004). *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê. (Publicado originalmente em 1963).
- Candau, J. (2014). *Memória e identidade* [Trad. Maria L. Ferreira]. São Paulo: Contexto. (Publicado originalmente em 1998).
- Carta de Veneza (1964). Rio de Janeiro: IPHAN. Recuperado a partir de <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>
- Jornal Opção (1978, 22 de abril). Coreto: idéia infeliz. [Artigo] *Jornal Opção*.
- Kerr, J. S. (2013). *Conservation Plan, the 7th edition: A guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance*. Australia: ICOMOS Recuperado a partir de: <https://australia.icomos.org/publications/the-conservation-plan/>
- Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980* (1980). Dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia.
- Nunes, J. S. (2012). *O coreto na cidade de Lisboa: Reintegração do equipamento no espaço público urbano*. Dissertação de Mestrado [Mestrado em Design de Equipamento: Especialização em Design Urbano e de Interiores], Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa, Portugal. Recuperado a partir de: <http://hdl.handle.net/10451/8866>
- Pesavento, S. J. (1995) Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, 8 (6): 279-290. Rio de Janeiro. Recuperado a partir de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/teh/article/view/2008/1147>
- Portal Vitruvius (2001). Concurso Nacional "Attílio Corrêa Lima". Requalificação do Centro de Goiânia. *Projetos*, São Paulo, ano 01, n. 008. Recuperado a partir de <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/01.008/2124>
- Silva, N. R. A. (2017) Desenho de uma vida: crônica sobre Jorge Félix de Souza. *Revista UFG*, 13 (11): 109-119. Goiânia. Recuperado a partir de <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48391>
- Solà-morales, I. (2002). *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Teixeira, P. L. (2017). Entrevista: Pedro Ludovico Teixeira. Entrevista concedida a Jackson Abraão. *O popular*. Recuperado a partir de <https://especiais.novosprodutos.com/goiania84anos>